

O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GRADUANDOS

Grupo de Estudos Geograficidade Paulistana

O Grupo de Estudos Geograficidade Paulistana¹ originou-se no início de 2007, após a proposta de se realizar um trabalho de campo no centro histórico de São Paulo com professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari, localizada em Perus, extremo norte do município de São Paulo. A realização de tal atividade com alguns professores da rede pública de ensino resgatou o interesse dos componentes por descobrir a cidade, estudá-la e explorá-la, e possibilitou que efetivássemos um grupo de estudos de fato.

À medida que a discussão teórica progredia e que o grupo também estudava com maior profundidade elementos da cidade, do Centro e dos lugares onde cada um vive, tornou-se possível notar com mais clareza a geograficidade evidente em muitos pontos da capital paulista. Comprometemo-nos a divulgar à sociedade as conclusões de nossos estudos e, por meio da realização de trabalho de campo, encontramos uma ferramenta eficiente para mediar nosso conhecimento. Realizamos algumas oficinas, seja no âmbito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) ou de outras instituições. Destaca-se a participação do grupo na IV Semana de Geografia, realizada em 2007 (FFLCH-USP).

O amadurecimento teórico e acadêmico do Grupo levou-nos então a que propuséssemos o habitual trabalho de campo no

¹ Grupo composto por: Alexandre Ortolani de Aquino, Carlos Augusto de Oliveira, Douglas Scaramussa Pereira, Fernando Diório dos Santos, Henrique Lobo Pradella, Márcio de Jesus Lima, Melanie Ribeiro, Pedro Augusto Bezerra, Ramon Bonifácio e Rogério Gomes.

Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) em 2008: pela primeira vez um trabalho dessa natureza seria apresentado por um grupo de estudantes da graduação em tal evento.

Nossa proposta sustenta-se em estudos teóricos e práticos. Teoricamente, buscamos nos enriquecer com contribuições sobre Geografia, sobre trabalho de campo e estudos específicos dos lugares de interesse individual ou coletivo. Neste sentido, não podemos nos furtar ao aprofundamento de conceitos e categorias geográficas bem como buscar compreender o objeto e os objetivos de nossa disciplina. Paralelamente a isso, realizamos os necessários estudos de caso que embasam ou complementam nosso conhecimento sobre as áreas pesquisadas. Já a prática nos possibilita vivenciar o que nos é fornecido através dos livros, de modo a potencializar nossa visão crítica sobre o que lemos, enriquecer nossas próprias experiências de vida e, inversamente, percorrer o caminho que rearranja conhecimentos da prática para a teoria.

Assim, mais uma vez realizamos o percurso no Triângulo Histórico de São Paulo, conhecendo o núcleo fundacional da cidade e seu Centro cheio de símbolos a serem descobertos. A observação dos significados em cada esquina, em cada monumento, em cada um dos edifícios foi enriquecida pela pluralidade de visões tanto do nosso próprio grupo quanto dos participantes do ENG com os quais dialogávamos, de estudantes de Geografia aos já formados, sejam professores ou técnicos.

A opção por divulgarmos os estudos do Grupo por meio de trabalhos de campo originou-se da observação empírica da eficácia dessa ferramenta de ensino, que também foi estudada para que as atividades fossem bem desenvolvidas. Encontramos no trabalho de campo uma metodologia de ensino e pesquisa interdisciplinar com grande potencial para desenvolver o raciocínio crítico e fugir da racionalidade técnica e alienante frequente nos livros didáticos e que acaba por enlaçar muitos professores em sala de aula. O trabalho de campo traz um conhecimento com contextualização espaço-temporal e permite o confronto de diferenças a partir da multiplicidade de

aspectos da realidade. A simples possibilidade de intervenção no meio onde o indivíduo se situa a partir do despertar de sua consciência já é um grande exercício de cidadania propiciado por tal atividade.

O despertar do olhar geográfico talvez seja o principal objetivo de promoção do trabalho de campo no ensino básico; paralelamente a isso, a potencialidade do trabalho de campo relacionado à pesquisa reside no fato de o mesmo possibilitar a identificação direta dos problemas sociais da realidade e a busca de soluções. Tal ação, no entanto, não deve ser realizada única e exclusivamente pelo geógrafo, pelo contrário, deve congregiar as mais distintas áreas que dêem conta da abrangência de todo o problema. O geógrafo não tem o monopólio sobre o terreno e sobre a abrangência de visão que, por não ser especializada em muitos aspectos, é capaz de fazer interagir as diferentes áreas de conhecimento. Uma visão ampla é assim capaz de articular os conceitos teóricos e a prática em campo e produzir um saber a partir das mais diferentes contribuições. O pesquisador não pode se esquecer de sua responsabilidade diante daqueles que estuda e cujo território analisa e deve divulgar seus resultados e contribuir de alguma maneira para solução dos problemas encontrados (LACOSTE, 1985).

Cabe observar que o trabalho de campo se inicia muito antes da visita ao local pretendido. Há, antes, a necessidade de planejamento prévio, de estudos teóricos, da inserção da atividade dentro da proposta curricular da escola ou do programa da disciplina. O campo pelo campo se torna um mero passeio ou, quando muito, uma excursão, como inclusive é chamada a atividade em muitas instituições de ensino. O trabalho de campo vai para além disso: necessita de um preparo prévio e de um compartilhamento das impressões e resultados a que cada um chegou após a atividade.

O trabalho de campo no Encontro Nacional de Geógrafos realizou apenas a parte prática no Centro de São Paulo, mas esclarecidamente anunciada como uma proposta capaz de se encaixar como uma atividade em escolas do ensino básico, em que as demais etapas são fundamentais. Ainda assim, nosso

trabalho disponibilizou previamente uma caderneta de campo com informações básicas do local a ser visitado, a exposição do trajeto a ser percorrido e os pontos do roteiro a serem visitados.

O trajeto escolhido partiu da praça da Sé com destino ao Theatro Municipal. Para tanto, do ponto inicial seguimos para o largo São Francisco através da rua Senador Feijó. Pela rua São Bento, passando pela praça do Patriarca, alcançamos o largo de São Bento. Nesta altura, atravessamos um trecho da rua Boa Vista para seguirmos pela rua XV de Novembro até o Pátio do Colégio e deste para a rua Direita até o viaduto do Chá. Este, por fim, dá acesso ao ponto final do percurso. Dessa maneira percorremos o chamado Triângulo Histórico, formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro, além de alguns pontos adjacentes.

Apesar de o roteiro abranger muitos pontos turísticos, não se trata apenas ver os locais pelos quais passarmos, mas olhá-los - não é apenas um flunar, mas um observar com curiosidade. Fazemos aqui uma distinção entre o ver e o olhar, tendo o primeiro um caráter mais contemplativo e o segundo, mais questionador.

O ver seria o indivíduo que passa pela praça da Sé e repousa o olhar sobre o local enxergando pessoas entrando na Igreja, pessoas saindo, algumas sentadas na escadaria, um grupo reunido no meio da praça, diversos transeuntes passando rapidamente. Reconhece a beleza da construção, ou não, e continua sua viagem. O olhar por sua vez seria enxergar o mesmo e ainda procurar entender as relações dessas pessoas com o local: ver que a praça se tornou local de passagem para a maioria dos transeuntes que se locomovem com pressa; que nas escadarias diversos desempregados descansam antes de prosseguirem na busca de uma nova oportunidade; que a monumentalidade da igreja não é desprezível; que muitas pessoas entram e saem da igreja não para rezar, mas apenas para contemplá-la como obra artística e ponto turístico.

O trabalho se iniciou com a concentração na escadaria da Catedral da Sé, onde foi possível contemplar um pouco o local em que a catedral está instalada além de interagir com os moradores da região,

notadamente os moradores de rua. Dentro da igreja notamos seu simbolismo na busca de uma identidade brasileira e, particularmente, paulista, através das esculturas nas paredes e colunas (fauna e flora nacionais), das representações nos mosaicos e vitrais (retratação de edifícios como a matriz de São Paulo e a igreja e convento de São Francisco) e da escolha das cores dos materiais que compõem o piso, os altares e os adornos (verde e amarelo, representando o Brasil; preto, vermelho e branco, representando São Paulo). Após um reconhecimento do interior da catedral, o grupo se dirigiu à praça Clóvis Bevilacqua e pôde contemplar a grandiosa fachada da igreja a certa distância, o que permite se ter uma melhor noção de sua volumetria. Nota-se também a diferença desta praça para a da Sé, ressaltando-se que são duas praças distintas, ainda que contíguas.

O largo da Sé data do início da formação da cidade, onde em 1616 foi concluída a primeira igreja matriz, ainda em taipa de pilão. Quando é elevada à catedral, em 1745, é demolida e uma nova a substitui em 1764. Por sua vez essa também dará lugar a outra, a do projeto de Maximiliano Hehl que temos hoje, cuja construção teve início em 1911 e foi inaugurada a 25 de janeiro de 1954. O início da reforma da igreja no século XX data de um período em que a praça da Sé passou por um processo de “embelezamento urbano” com a demolição de vários prédios antigos e a alteração do sistema viário, sendo considerada o marco zero paulista a partir de 1934. Na década de 1970 sofreu mais reformas para receber a estação Sé do Metrô, e para isso, englobou a praça Clóvis Bevilacqua e foi inaugurada em 1978, com 50 mil m².

As diversas intervenções impediram que a praça permanecesse palco de grandes manifestações políticas, uma vez que o terreno passou a ser desnivelado e impossibilitou a reunião de um grande número de pessoas. Podemos citar algumas dessas manifestações como em 1914, quando ocorreu um comício de 1º de maio organizado pelos sindicatos; no ano seguinte foram as manifestações contra a Primeira Guerra Mundial; em 1922, a missa campal de comemoração do centenário da Independência; dez anos depois, ocorreu o comício

contra a ditadura de Getúlio Vargas; já em 1945, foi a vez do ato público pela democratização do país; em 1984, foi a vez do primeiro comício do movimento Diretas Já.

Adoniran Barbosa, sambista paulistano, certa vez teria dito: “Até a década de 60, São Paulo ainda existia, depois procurei, mas não achei São Paulo. O Brás, cadê o Brás? E o Bexiga, cadê? Mandaram-me procurar a Sé. Não achei. Só vejo carros e cimento armado.” Sua frase explícita com precisão os diversos usos e significados que surgem e são destruídos, a cada reforma a que é submetida a cidade. A praça da Sé de hoje, assim como toda a cidade, já não é mais a de ontem e o processo de destruição e reconstrução permanece em marcha alterando as relações das pessoas com os lugares. Ficam os vestígios, porém, de tempos de outrora que, embora com usos diferentes hoje em dia, podem remeter a tempos e espaços distintos e cheios de significado.

Em 2006 a praça passou por uma profunda reforma, que foi alvo de críticas dos mais variados setores da sociedade, já que a reforma foi acusada de possuir o caráter de “higienismo social” com a aplicação de dispositivos taxados de “antimendigos”, como espelhos d’água cercados por jardins que não permitem que alguém se banhe nas águas e saia limpo, bancos mais curtos que não permitem que sejam utilizados para se deitar etc. A crítica que se faz não é favorável a lutar pela permanência dessas pessoas na praça sem novas oportunidades; pelo contrário, exige que elas sejam remanejadas dignamente para locais mais apropriados e que lhes sejam conferidas oportunidades e assistência necessárias para suas sobrevivências. No entanto o que se observa é apenas a expulsão dessas pessoas da praça, ainda que sejam as que mais se apropriem dela como um local de vivência como deve ser, enquanto os demais habitantes estão apressados demais em seu ir e vir rotineiro e não conferem ao local nenhum significado de pertencimento.

A ausência de políticas de moradia para essas pessoas pode ser questionada, uma vez que mais de 26% dos 11.384 domicílios da Sé estão vagos.

Percorrendo a praça Clóvis Bevilacqua, indicamos a localização da várzea do Tamanduateí, um dos principais rios paulistanos, com 35 quilômetros de extensão; também apontamos para a região do Glicério e a igreja da Ordem Terceira do Carmo e discutimos a primordial importância da presença da igreja para a constituição da cidade. Nos primórdios de São Paulo, três eram as ordens que logo ali se instalaram: do Carmo, de São Francisco e de São Bento - as igrejas dessas ordens, bem como os jesuítas fundadores, dispuseram-se pelas bordas da colina na qual foi instalado o sítio fundamental de forma que acabaram exercendo um grande controle sobre ela.

Seguimos até o Marco Zero, um monólito hexaédrico que marca o início da contagem da numeração das ruas da cidade e da quilometragem das rodovias do estado. O monumento também indica em suas faces as direções de alguns estados brasileiros. Esse ponto foi muito interessante pois permitiu discutir sobre a localização do Marco Zero e seu significado: a diversidade de origem dos participantes criou uma discussão que questionou o porquê de o marco não ser no Pátio do Colégio, núcleo da fundação de fato da cidade, e até mesmo a necessidade de sua existência, revelando que há outras possibilidades de se fazer as contagens da metragem das ruas e rodovias.

Da praça seguimos para o largo São Francisco, onde expusemos um pouco da história da formação da Faculdade de Direito e conseqüentemente da Universidade de São Paulo, mais tarde tendo sua Cidade Universitária instalada na Zona Oeste e constituindo um vetor de expansão da cidade para esta região. A faculdade se instalou em um prédio que pertencia aos franciscanos e nem sempre o convívio foi pacífico, pois havia certa disputa pelo uso do espaço no que se refere ao acesso à faculdade e à igreja bem como ao uso do sino, seja para anunciar a missa ou os horários da faculdade. O prédio sofreu uma grande intervenção até tomar as características que possui hoje, tendo sofrido, inclusive, uma recente restauração. Pela faculdade passaram diversas personalidades brasileiras,

sobretudo escritores e presidentes, mas também grandes juristas. A vida acadêmica trouxe consigo transformações na vida cultural da cidade, com o surgimento de repúblicas estudantis e o aumento do número de cafés e da vida boêmia.

Ao lado da faculdade, à borda da “colina de Piratininga”, destaca-se a presença das ordens Primeira e Terceira de São Francisco, ao tomarem grande parte do quarteirão onde ainda funciona o convento e onde até certo tempo funcionava um externato infantil. Nota-se que na época da instalação da igreja toda a sua frente era ocupada pela horta dos franciscanos, pois a cidade encerrava ali os seus limites.

Do largo São Francisco seguimos à praça do Patriarca cujo nome homenageia José Bonifácio, patriarca da Independência. À história de considerável importância deste personagem credita-se também um dos levantamentos geológicos da região e a escolha de um local para funcionar a Faculdade de Direito.

A configuração da praça é recente, resultado da última grande reforma na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), que retirou do local os pontos e faixas de circulação de ônibus, bem como substituiu a cobertura em alvenaria das escadas da Galeria Prestes Maia por uma cobertura em metal, a qual é suficientemente grande para encobrir a vista dos arredores. Na praça situam-se a igreja de Santo Antônio, o edifício Lutetia, projetado por Ramos de Azevedo para a família Álvares Penteado, e alguns prédios que ocupam os antigos terrenos dos palacetes de barões do café, e que conservam apenas os nomes dos antigos donos, como o Conde de Prates, entre outros.

Na rua São Bento nota-se as sacadas das casas que foram assim construídas sobretudo para apreciação das procissões que tinham passagem por essa via. A rua possui um tráfego intenso de pessoas e predomina o comércio de doces, filmes e livros. No largo de São Bento, por sua vez, encontramos a igreja, o mosteiro, o colégio e a Faculdade de São Bento, também na borda da colina e no local da antiga taba do cacique Tibiriçá. À semelhança do

ocorrido em outras igrejas, o conjunto da São Bento também sofreu uma completa reforma no início do século XX para ficar como o conhecemos atualmente. A estação de metrô, cuja obra data da década de 1970, determinou a reconfiguração do largo, com a presença de diversas lojas no pátio, principalmente lanchonetes.

Ao lado do conjunto, ligando à região de Santa Ifigênia, localiza-se o viaduto de mesmo nome em metal pré-moldado belga. O modelo do viaduto, quando de sua construção, era considerado avançado nos países da América Latina enquanto na Europa, devido ao seu estilo eclético e ao fato de as peças serem pré-moldadas e vendidas em catálogos, já era considerado ultrapassado. Inaugurado em 1913, junto à Estação da Luz, é considerado um dos remanescentes mais importantes da arquitetura de ferro em São Paulo: são 225 metros de extensão, com três arcos e com guarda-corpo em ferro forjado em Art Nouveau. O viaduto liga o largo de São Bento à Santa Ifigênia, de forma que na época poupasse o bonde da íngreme ladeira da avenida São João.

Podemos notar nesta região a tematicidade do comércio paulistano, distribuído preferencialmente em diferentes ruas de acordo com o tipo de produto. Na Santa Ifigênia encontram-se principalmente produtos eletrônicos. Na Florêncio de Abreu, do outro lado da igreja de São Bento, ferramentas e artigos de pesca. A 25 de Março oferece maior variedade de produtos, mas especialmente brinquedos, tecidos, roupas de festa e utensílios de cozinha.

A rua Florêncio de Abreu, que liga a região do triângulo histórico à região da Luz, foi uma das primeiras ruas na qual se instalaram os comerciantes, sobretudo imigrantes árabes a partir de 1894. A grande valorização e elevação dos custos com aluguéis, em decorrência da saturação, levaram à ocupação da rua 25 de março. É a regularização de parte do comércio da 25 de março que leva à criação do Mercado Municipal, projetado por Ramos de Azevedo, nas margens do Tamanduateí. A posição do mercado na periferia do núcleo urbano era uma estratégia de salubridade e circulação. Estratégia semelhante foi adotada quando o antigo

mercado já não oferecia vantagens de localização e capacidade de suprir a demanda da cidade e foi substituído pelo Ceagesp, na Marginal Pinheiros, que oferece fácil acesso às rodovias do estado (vale observar que com a construção do Rodoanel já se planeja levar o Ceagesp para fora do perímetro urbano novamente).

Outra rua próxima importante pelo seu comércio é a ladeira Porto Geral, com lojas que vendem artigos de festa, bijuterias e principalmente fantasias. O logradouro recebe este nome pois ali funcionava um porto para barqueiros que navegavam pelo Tamanduateí, rio cujas várzeas dos antigos meandros aproximam-se do trajeto da Rua 25 de Março. O nome desta rua, dado em 1865 para homenagear a data da primeira constituição brasileira, substituiu o antigo, rua das Sete Voltas, em alusão aos meandros do rio.

Na esquina da ladeira Porto Geral com a rua Bela Vista está um prédio do Jockey Club de São Paulo, um dos primeiros edifícios da região a contar com garagem. A presença de garagem é um dos indicativos dos meios de transporte local: durante muito tempo a cidade de São Paulo se restringia ao que hoje chamamos de Centro, sendo bem comum se locomover a pé; com a expansão da cidade os bondes passam a dar conta de suprir o deslocamento para regiões mais afastadas e, como o uso de transporte individual ainda era limitado a poucas pessoas, era possível utilizar as ruas como estacionamento. Com o crescimento da cidade e a adoção de uma política automobilística, tornou-se exigência a existência de garagens para estacionamento.

A região central da cidade é a mais bem abastecida pelo transporte público, revelando a valorização dessa característica em outras épocas; é assim que o centro possui quatro estações ferroviárias, dezenove estações metroviárias e 250 linhas de ônibus, além de diversos edifícios-garagem e muitos imóveis e terrenos que também passaram a disponibilizar vagas avulsas e mensais para automóveis.

As ruas da Boa Vista e Líbero Badaró formam o primeiro

anel viário da cidade e este possibilitou maior fluidez pelas ruas que formavam o triângulo histórico ou que se conectavam a ele. Posteriormente a avenida 23 de Maio, mais tarde as vias marginais e hoje o Rodoanel possuem o mesmo objetivo: evitar passar pelo núcleo urbano quando não necessário. Essa expansão radial da cidade foi incorporando antigas áreas rurais, como as chácaras de bairros como Brás, Pari e Barra Funda. No entanto, muitas vezes encontrou dificuldade em tornar essas localidades uma parte orgânica da cidade, como aconteceu com Pinheiros, que durante muito tempo se desenvolveu com pouquíssimas relações com o centro de São Paulo.

Do cruzamento da ladeira Porto Geral com a Boa Vista alcançamos a rua João Brícola e seguimos até a praça Antônio Prado. Por este pequeno trecho podemos observar a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), na qual são comercializadas as commodities de muitos produtos armazenados no Ceagesp, e os prédios do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Um deles, o edifício Altino Arantes, cartão postal de São Paulo, oferece uma bela vista de seu mirante no topo, possibilitando enxergar o pico do Jaraguá, o vale ocupado pelo rio Tietê atualmente retificado, o aeroporto de Guarulhos, a Zona Oeste e a Zona Leste e o sul da cidade até a avenida Paulista. Esta torna-se um bloqueio à vista para adiante, devido a sua localização em um ponto elevado da cidade e devido aos próprios edifícios altos ali construídos. Próximo ao Altino Arantes há também o antigo prédio do Banespa, onde hoje funciona a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do estado e um ponto público de acesso a computadores e internet. Podemos notar também a estilização da praça, resgatando algumas características de décadas passadas e sendo um dos pontos onde os bancários da região e os trabalhadores da bolsa costumam se encontrar após o expediente.

Durante a caminhada pela rua XV de Novembro notamos a presença de diversos bancos e, antes de a avenida Paulista passar a atrair tais investimentos, era a rua que concentrava a

sede das principais instituições. Antes da presença dos bancos, a XV era o local de instalação de muitos veículos de comunicação, sobretudo de jornais, mas também de rádios. A data que nomeia o logradouro é a da Proclamação da República e, como em outras ruas, substitui seu antigo nome imperial (Rua da Imperatriz). Já próximo à praça da Sé, a XV cruza com a ladeira General Carneiro, pela qual passava o bonde que seguia para a rua da Cantareira, rua São Caetano, rua Oriente e avenida Celso Garcia até chegar ao bairro da Penha, alavancando o comércio da região - vale notar que essa é uma região de grande atividade do comércio popular, favorecida inclusive pela massiva presença do transporte coletivo. O pequeno trecho rumo à rua 25 de Março e que passa por baixo do viaduto Boa Vista leva ao Pátio do Colégio.

O lugar onde se localiza o Pátio do Colégio constitui o núcleo fundacional da cidade, onde os jesuítas se instalaram para fundar seu colégio e catequizar os índios, dando assim início ao processo de ocupação. O atual prédio é uma réplica do original, visto que diversas reformas, demolições e reconstruções, visando finalidades e usos diversos, foram realizadas desde a instalação dos jesuítas. O que há de mais remoto é uma parede de taipa de pilão, a cripta e partes do altar principal da igreja de Bom Jesus.

Como o Pátio se localiza no topo de uma colina, aos fundos da igreja é possível contemplar amplamente a paisagem, como a várzea do rio Tamanduateí: o comércio na rua 25 de Março, o Palácio das Indústrias, o Mercado Municipal, parte da antiga área industrial além-rio, dentre outros pontos.

A paisagem nos mostra também, de forma esquemática, características básicas do relevo da Região Metropolitana de São Paulo que foram decisivas ao longo do processo de formação histórico e espacial. Por se tratar de uma colina sedimentar típica no interflúvio Tamanduateí-Anhangabaú, o local tornou-se um importante marco para a fixação dos colonizadores em terras paulistas devido a características físicas e morfológicas e também graças a sua ampla visibilidade dos baixos terraços

fluviais e das planícies de inundação, além do importante sistema de escoamento e abastecimento que os rios proporcionavam e que influenciaram o sucesso da própria ocupação.

A colina corresponde a uma reprodução do espigão da Paulista, porém com diferenças litológicas e estruturais importantes. Como descreve Ab'Sáber, a região “caracteriza-se pela presença de uma topografia de colinas e espigões tabuliformes, de níveis escalonados, e por extensas baixadas contendo terraços fluviais descontínuos e alongados e largas planícies de inundação” (2007, p. 20-21). Posicionados sobre a vertente inclinada que separa o Pátio do Colégio da várzea do rio Tamanduateí, podemos observar dois patamares na paisagem: o primeiro referente à antiga planície sedimentar, datada do início do Mesozóico, da vazão do Tamanduateí, rio de extrema importância para o início da fixação na cidade e que também representa de maneira genérica as demais várzeas presentes na bacia sedimentar de São Paulo como as dos rios Pinheiros e Tietê; já o segundo patamar observado refere-se ao da serra da Cantareira situada ao norte, exemplo do rebordo granítico-gnaissico que contorna a bacia de São Paulo e que data do Pré-Cambriano.

Desse modo inserimos uma discussão que busca relacionar as características naturais com a forte intervenção humana presente em toda a região metropolitana. A impermeabilização do solo, a retificação e canalização dos rios, a difícil percepção do modelado do relevo intensamente ocupado e alterado, dentre tantos outros elementos, são fenômenos e processos que nem sempre se explicam localmente, mas cuja observação atribui a percepção crítica necessária ao adequado levantamento dos problemas que enfrenta a cidade e à busca de possíveis soluções.

Chamamos a atenção para o processo de retificação e canalização dos rios, que por vezes os retiram da paisagem visível, como o rio Anhangabaú, totalmente canalizado e que passa por baixo da linha do metrô: acabou-se com a vida ribeirinha da cidade, o uso recreativo e lúdico do rio, o uso da

pesca para o sustento e a extração de pedregulho e areia para a construção civil, bem como com o uso dos rios como vias de circulação. A atual geração paulistana praticamente desconhece a importância em todos os aspectos que os rios tiveram para a construção da cidade, além de geralmente considerarem natural o seu curso retilíneo e associarem córrego a esgoto.

Em frente à igreja de Bom Jesus, por sua vez, há um monumento (“Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”) que retrata uma figura feminina (a cidade paulistana) em cujas mãos carrega os louros, a foice e a chama em uma tocha, simbolizando respectivamente a construção da cidade, sua vitória e sua eternidade. Essa figura fica sobre um pedestal que traz as faces de algumas personalidades como Tibiriçá e Marquês de Pombal. Por sua vez, todo o conjunto está sobre uma base cujas faces trazem cenas da construção da cidade, da Confederação dos Tamoiós, entre outros episódios.

O prédio do Colégio teve diversos usos, tendo sido Palácio dos Governantes por quase dois séculos após a expulsão dos jesuítas em 1759 por decreto de Marquês de Pombal. Em 1932 o Palácio do Governo foi transferido e o Colégio passou a abrigar a Secretaria da Educação, até 1953. Em 1954, em decorrência da comemoração do IV Centenário de São Paulo, o prédio foi devolvido à Companhia de Jesus, quando se iniciou a construção da réplica do prédio de 1653, o qual fora erguido após Fernão Dias Paes Leme ter trazido de volta os jesuítas que haviam sido expulsos pelos bandeirantes em 1640. Tal expulsão levou à grave deterioração do prédio e exigiu quase total reconstrução.

Em volta do Pátio ainda se encontra o Solar da Marquesa de Santos, a Casa nº 1, o Beco do Pinto, a Secretaria de Justiça, entre muitos outros prédios. Discutindo a questão da centralidade, notamos que o deslocamento que se comenta a respeito da mudança da centralidade do Centro para a avenida Paulista, desta para a Berrini e desta para a marginal Pinheiros (o chamado vetor sudoeste), deslocou apenas um aspecto da centralidade, o

financeiro. Nota-se que o poder público-administrativo sempre se conservou no Centro e das vezes que saiu da região manteve vínculos com ela e logo retornou. Nos últimos anos o que se verifica é a retomada ainda mais enfática da presença das secretarias, prefeituras e outros órgãos municipais e estaduais na região central. Deve-se observar também que o comércio popular da região sempre foi forte, dado o farto abastecimento de transporte público que a liga com diversos pontos da cidade.

Dali seguimos para rua Direita, último lado do triângulo que liga a XV de Novembro à praça do Patriarca. O viaduto do Chá surge como um prolongamento orgânico da praça até a rua Barão de Paranapiacaba, no sentido da praça da República. A rua Direita também é uma rua comercial com destaque para o comércio de roupas, bolsas e similares. Há também grande presença de ambulantes e um policiamento rotineiro de remoção dos mesmos, seja por parte dos fiscais da prefeitura, seja pela Guarda Civil Metropolitana.

Devido a bloqueios ao desenvolvimento espacial da cidade, como a presença de rios que cercavam o núcleo histórico, o mesmo se desenvolveu dentro de limites os quais só serão vencidos com o avanço técnico que possibilitou a construção de pontes e a conseqüente transposição dos mesmos. Uma dessas pontes é a da rua Boa Vista que passa por cima da ladeira General Carneiro, mas os casos mais significativos são a construção dos viadutos do Chá e Santa Ifigênia.

O viaduto do Chá é um marco pois representa a transposição do vale do Anhangabaú e a possibilidade de crescimento da cidade além-vale. Em 1877, São Paulo havia praticamente consolidado o núcleo urbano ao redor da praça da Sé com todas as ruas que se desenvolveram a partir do Pátio do Colégio, porém, já nessa época, uma crescente área se formava do outro lado do vale do Anhangabaú, conhecida como “cidade nova”. Para alcançar a “cidade nova” era necessário descer a encosta, atravessar a frágil ponte do Lorena (uma pinguela) na parte mais estreita do vale (região da praça da

Bandeira) para chegar ao Piques e dali se conectar a outras regiões da cidade. Os viadutos são marcos importantes de maior fluidez de circulação e abertura de novas oportunidades.

O Chá leva-nos ao Theatro Municipal, marco da aristocracia do início do século XX, ponto de agitação cultural da elite paulistana, importante centro cultural e palco de acontecimentos históricos como a Semana de Arte Moderna de 1922. Com o crescimento e fortalecimento da cafeicultura a partir de fins do século XVIII, a capital paulista foi se tornando cada vez mais importante como núcleo financeiro, político e social dos barões do café. Podemos notar a extensa rede de transportes que abastecia a região na época, sobretudo o Triângulo Histórico, onde se adensavam os prédios públicos e entidades financeiras. Até fins do século XIX o município contava com algumas casas de espetáculo (por exemplo o Polytheama, o Ginásio Dramático e o Teatro São José), mas nenhuma à altura do progresso econômico que impulsionava o crescimento paulista. Logo alguns barões do café passaram a se empenhar na construção de um novo teatro, principalmente após o incêndio que destruiu parcialmente o Teatro São José (onde foi erguido o prédio Alexandre Mackenzie, sede da Cia. Light, atual shopping Light).

O Municipal é uma obra de Ramos de Azevedo, Domiziano Rossi e Claudio Rossi (sem parentesco com Domiziano) inspirada na Ópera de Paris e tornou-se um belo exemplo do ecletismo arquitetônico dos prédios projetados por Ramos de Azevedo. A casa foi inaugurada em 12 de setembro de 1911 com a ópera Hamlet, encenada pela companhia Titta Ruffo. Uma das principais questões em relação ao projeto do novo teatro dizia respeito a sua localização: alguns apontavam o lugar do Teatro São José, outros sugeriam o morro do Chá, atual praça Ramos. A construção do teatro não foi importante somente para a vida cultural, mas também para a vida social, pois a deslocou parcialmente das ruas do Triângulo para as escadarias do teatro e para o passeio (jardim) do mesmo; conseqüentemente, a circulação de pedestre aumentou consideravelmente fora das ruas do Triângulo, transformando a vida

no morro do Chá, atraindo cafés e comércios, com destaque para o Mappin, que por muitos anos foi a maior loja de departamentos da cidade, tornando-se ponto de referência.

É justamente nas escadarias do Theatro Municipal que concluímos nosso trabalho. Ao longo de todo o trajeto notamos temas articulados, como a questão do transporte, o abastecimento, a circulação, a importância dos rios e a forte presença da igreja. Os jesuítas vieram com o objetivo de fundar a vila e catequizar os índios durante a contra-reforma da igreja católica. Com o passar dos anos diversas Ordens Terceiras se instalaram na região (São Francisco, Carmo) bem como mosteiros e conventos (São Bento, São Francisco, Carmo, Luz), muitas igrejas foram construídas e se antes se encontravam em locais proeminentes, hoje muitas delas estão escondidas através dos prédios que são mais altos que suas torres. Como visto, o poder público e a igreja muitas vezes conflitaram, seja na instalação da Faculdade de Direito, na tomada do Colégio ou mesmo no processo de remodelação urbana que reconstruiu diversas igrejas como a de Santa Ifigênia, São Bento e a própria Sé.

No Centro é nítido o acúmulo de tempos desiguais, até mesmo pelos estilos ecléticos adotados em algumas obras. Em relação à arquitetura, cabe observar que encontramos várias obras de Ramos de Azevedo, que durante muito tempo foi o arquiteto oficial contratado pela municipalidade para realizar diversos empreendimentos. A questão de acúmulo de tempo também nos leva a olhar e refletir todo o significado que há por trás do uso que se faz dos espaços: o Solar da Marquesa de Santos, por exemplo, é um remanescente da arquitetura aristocrática comum até meados do século XIX, mas após a morte da marquesa, dona Domitília de Castro Canto e Melo (1797-1867), foi adquirido pela Mitra Diocesana, passando para a SP Gás Company em 1909; em 1975, passou a sediar a Secretaria Municipal de Cultura, até em 1984 receber um grande restauro. Hoje a casa é um museu e a relação que foi estabelecida no mesmo espaço em cada um dos tempos revela a dinâmica da cidade.

Em relação à circulação destacamos a forte presença do transporte coletivo no Centro e o processo de favorecimento do transporte individual, bem como a expansão da mancha urbana e a constante necessidade de se criar vias que permitam um tráfego mais fluido.

Já sobre o abastecimento, deixamos clara a presença de bairros rurais que, com o avanço da urbanização, foram substituídos por municípios vizinhos que abasteciam a capital (Santo Amaro, Cotia etc.) e posteriormente a presença do cinturão verde. A produção de gêneros de alimentos esteve ligada também às vias de circulação, sejam elas rodoviárias, fluviais ou ferroviárias, ressaltando que todas elas foram utilizadas ao longo do processo de constituição do município.

O Grupo de Estudos Geograficidade Paulistana coloca sobre a realidade empírica o ponto de partida para alcançar o objeto de todas as ciências, possuindo formas variadas de se expressar. Nossos sentidos, racionalidade e necessidades são capazes de identificar fenômenos distintos que compõem a totalidade do espaço estudado. Uma das formas de expressão dessa realidade é a materialidade presente nos objetos e sua espacialidade (paisagem), cada qual específica de uma relação sociedade-natureza. É o que chamamos de Geografia.

Se a realidade possui uma materialidade, os objetos que a compõem estão dispostos no meio geográfico. Além disso, tal disposição não é aleatória, mas específica a cada maneira de a sociedade se relacionar com sua geografia. Uma vez surgida a sociedade, fruto da necessidade de sobrevivência, surge também um ordenamento específico dos objetos em seu meio e, surge também, a necessidade de localização. Ao explorarmos a necessidade de localização dos participantes de nossos trabalhos de campo fazemos com que eles se situem no espaço e comecem a perceber que seus objetos possuem significados diversos e se localizam segundo dinâmicas específicas a uma época.

A cidade, assim como toda materialidade presente no

espaço, é dinâmica e mutável e guarda em si um histórico de acumulação de transformações produto do trabalho humano. Cada período histórico possui relações sociais com características específicas, portanto, marca a cidade com uma geograficidade específica. Partimos da premissa de que fazemos parte da realidade e, portanto, não a vemos de fora. Vivenciá-la e apontar as características “estranhas” de uma paisagem podem despertar o espírito crítico de jovens e adultos, estudantes ou não.

Vale ressaltar que nosso grupo de estudos está em permanente amadurecimento de ideias e, portanto, em constante revisão da maneira como pensa o objeto, conceitos e categorias em Geografia. Tal amadurecimento, limitado dentro de uma perspectiva teórica aproximadamente similar, torna-se possível graças aos estudos do grupo, aos estudos individuais de cada participante que acaba levando seus conhecimentos para dentro do grupo e, de maneira sempre valiosa, às intervenções dos participantes nos trabalhos de campo que realizamos.

É certo que há muitas informações a serem tratadas e que detalhar todas elas e discuti-las com mais profundidade é inviável em uma atividade tão curta quanto a realizada. Alguns participantes relataram o desejo de poder contextualizar a formação do Centro com a do resto da cidade, a expansão urbana, a articulação com as outras partes do município. Revelaram também o desejo de conhecer outras regiões, mas reconheceram as limitações que inviabilizam a concretização desse desejo, mas não descartaram a possibilidade de um novo campo para explorar aquilo que foram instigados a pensar.

Relacionar o Centro ao seu entorno e demais regiões da cidade, bem como do país e até mesmo do mundo é de fundamental importância, visto que a própria colonização de São Paulo não se explica localmente, mas faz parte de um processo que articula inúmeros lugares simultaneamente. O objetivo fundamental de nossa proposta no Encontro Nacional de Geógrafos foi a de apresentar o primeiro passo necessário

para um estudo aprofundado da cidade e demonstrar como é possível nos propormos a pensar criticamente com apenas uma caminhada e algumas leituras prévias.

De formações acadêmicas diferentes, possuidores de históricos de vida também diferentes e por vezes de regiões as mais variadas do país, os participantes acabam enxergando elementos da paisagem que possibilitam críticas até então não notadas. A realização do trabalho de campo no Encontro Nacional de Geógrafos possibilitou relatos comparativos de outras realidades, que se aproximam ou se distanciam de maneiras variadas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Cidade Universitária da Universidade de São Paulo - Aspectos gerais do planejamento e execução**. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, 1954.

CARDOSO, S. O olhar do viajante (do etnólogo). In: **O olhar**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 347-360.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 2006, nº 84, p.93-104.

LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo. **Seleção de Textos**, São Paulo: AGB, 1985, nº 11, p. 1-23.

PONTUSCHKA, N. Nacib. Estudo do meio e ação pedagógica. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 14, 2006, Rio Branco. p. 14.

SCARLATO, F. Capuano. **Trabalho de campo, pesquisa e educação em Geografia**. **Jornal do CEGE**, 2007

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, nº 84, julho de 2006, p.7-24.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz Nacib & BERNARDES, Nilo. **O Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo**. Guia de Excursão n. 4 realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, CNG, RJ, 1958, 261p.

ALKMIN, F. M. O trabalho de campo no curso de Geografia da Universidade de São Paulo. In: **Paisagens (USP)**, v. 7, p. 34-39, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Diário de Moscou**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (BPG). Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local São Paulo, Nº 84, TEMA: TRABALHO DE CAMPO, São Paulo, julho de 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARVALHO, Delgado de. A excursão geográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, out./dez. 1941, pág. 96-105, também in: **Boletim Geográfico**, 59, V, Rio de Janeiro IBGE, jan./fev. 1948, p. 117-122.

COLTRINARI, Lylia. O trabalho de campo na Geografia do séc. XXI. **Geops**, 4, 1998, p. 103-108.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Os caminhos da pesquisa de campo em geografia. In: **Geosp, Espaço e Tempo**. São Paulo, n.1, p. 93-97, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 83. São Paulo: AGB, 2005.

DEBORD, Guy. Théorie de la derive. In: **Internationale Situationniste #2**. Paris: 1958.

DEFFONTAINES, Pierre. **Petit Guide du voyageur actif**, sem local, 1943 (2ª ed.).

DEFFONTAINES, Pierre e OLIVEIRA, C.A. Barbosa Sá de. Pequeno guia do viajante activo. In: **Geografia**, II, 4, 1936.

FRANÇA, Ary. **A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras**. Guia de Excursão n. 03, realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, CNG, RJ, 1960, 302 p.

Internationale Situationniste. Paris: Fayard, 1997.

JUNKER, Buford H. **A importância do trabalho de campo: introdução às Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1971.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: AGB, **Seleção de textos 11** (teoria e método), São Paulo 1985, p. 25-40 (reproduzido em **BPG 84**).

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: AGB, **Seleção de textos 11** (teoria e método), São Paulo 1985, p. 1-23 (reproduzido em **BPG 84**).

LEAL FILHO, W.D.S. Estudo de campo nas escolas brasileiras. In: **Revista Ciência hoje**, 13,78, São Paulo, SBPC, 1991.

MONBEIG, PIERRE. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. De ‘na prática a teoria é outra’ para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. Apresentação de AGB, **Seleção de textos 11** (teoria e método), São Paulo 1985.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. Pesquisa de campo e em campo. Os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no Sertão de Minas Gerais /Brasil. In: **ALASRU - Associação Latinoamericana de Sociologia Rural**, VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, 20-24 de noviembre del 2006, Quito, Ecuador; **La Cuestión Rural en América Latina: Exclusión y Resistencia Social. Por un agro con soberanía, democracia y sustentabilidad”**.

- PONTUSCHKA, Nidia Nacib. **A formação pedagógica do professor de Geografia e as práticas interdisciplinares**. Tese de doutorado em Educação, FE/USP, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes von (org.). **Experimentos com história de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, p.14-42, 1988.
- RILKE, Rainer Maria. **O diário de Florença**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: UNB, 1986.
- RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**, jan./mar. 1944, p. 37-45.
- SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHELLE, Karl Gottlob; PATERNOT, Irene A. **A arte de passear**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SILVA, Ana Maria Radaelli da. Trabalho de campo: prática andante da fazer geografia. In: **GEOUERJ: UERJ**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 61-74, 1/2002.
- SILVA, Armando Correa. Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH/USP, n. 1, 1982, p. 49-54.
- SILVA, Flávia Elaine. “Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em Geografia Urbana”. In: **Geosp, Espaço e Tempo**. São Paulo, n.15, 2004.
- SILVA, Flávia Elaine da. Urbanismo, urbanização e vida cotidiana. In: **Revista Travessia**. São Paulo: Centro de Estudos da Metropole. 2003, p. 5-10.
- SILVEIRA, João Dias. Excursão no ensino da Geografia. In: **Geografia**, 4, II, 1936.
- STERNBERG, Hilgard O’Reilly. A listas de fatos a observar nos trabalhos geográficos de campo. In: **Boletim Geográfico**, 40, IV,

IBGE, Rio de Janeiro, julho de 1946, p. 456-469

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. In: **GEOgraphia - Revista da Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niteroi, Vol. 4, n. 7, 2002. p. 64-68.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Praticando Geografia - técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.